

Cobrança de taxas para uso de energia solar levanta discussões

Gustavo Carneiro

Aneel propõe que consumidores arquem com custos da rede para fornecimento de energia elétrica compensada pela geração distribuída

Mie Francine Chiba

Reportagem Local

Com o forte calor que tomou conta de Londrina, o policial aposentado Wanderley Veríssimo decidiu instalar três aparelhos de ar condicionado em sua casa. Mas a conta de energia, que era de R\$ 340 ao mês, iria aumentar para R\$ 600. Por isso, em abril desse ano, ele resolveu aderir à geração de energia solar. De R\$ 340, a conta caiu para R\$ 118, mesmo com os três aparelhos de ar condicionado funcionando 24 horas por dia. As parcelas do sistema custam de R\$ 700 mensais, mas cessam no período de três anos.

Quando Veríssimo fez o orçamento da instalação do sistema cerca de quatro anos atrás, o valor era de R\$ 31 mil. Esse ano, passou para R\$ 18 mil. “Agora que estão aparecendo opções de energia limpa e ficou mais viável colocar, vem a Aneel querendo taxar?

Aí complica”, comenta o policial aposentado.

Veríssimo se refere à revisão da Resolução Normativa 482/2012, que determina as regras para a micro e mini geração distribuída de energia, cuja fonte mais utilizada é a solar. Uma das propostas da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) é de alteração no modelo do sistema de compensação de créditos na rede de energia.

Hoje, quem possui GD (Geração Distribuída) na baixa tensão deixa de pagar todas as componentes da tarifa de fornecimento da energia consumida da rede que é compensada pela geração distribuída. Pela proposta da Aneel, os custos referentes ao uso da rede de distribuição e os encargos passariam a ser pagos pelos consumidores usuários de GD.

A proposta prevê um período de transição para as alterações. Os consumidores que possuem o sistema de mini e



O policial aposentado Wanderley Veríssimo instalou um sistema de geração de energia solar em sua casa para ter economia com o uso de ar condicionado no calor

micro geração permaneceriam na regra em vigor até 2030. Os consumidores que realizassem o pedido da instalação de geração distribuída após a publicação da norma, prevista para 2020, passariam a pagar o custo da rede. Em 2030, ou quando atingido um valor de GD em cada distribuidora, esses consumidores passariam a compen-

sar a componente de energia da Tarifa de Energia (TE), e pagariam, além dos custos de rede, os encargos.

“Hoje os consumidores que não produzem a sua própria energia estão pagando os custos da rede de quem tem painéis solares. A proposta de aprimoramento definida pela

Aneel visa eliminar esse repasse”, diz nota enviada pela assessoria de imprensa da Aneel. Segundo a Agência, estima-se que o valor dos custos da rede e dos subsídios não pagos pelos usuários de geração distribuída chegaram a R\$ 205 milhões em 2018.

‘Proposta da Aneel prejudica crescimento do setor’

Vice-presidente da ABSolar (Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica), Barbara Rubim diz que a Associação estuda uma proposta técnica a ser enviada à consulta pública da Agência, mas adianta que será uma bem diferente daquela apresentada por ela. “A gente propõe que a Aneel compute os benefícios que a geração de energia solar traz para a rede elétrica e para a cidade. A Agência parte do princípio que a energia solar só gera custos e coloca que não está no seu escopo analisar os benefícios.”

Para Rubim, a proposta da Aneel inviabiliza a geração distribuída para o consumidor. “Isso porque o tempo de retorno (do investimento) vai ser muito prejudicado.” A cada 1 kWh gerado, apenas 0,38 kWh será compensado devido às tarifas extras, afirma a vice-presidente da AB-

Solar, aumentando os custos em quase 60%.

Segundo o proprietário de uma empresa de energia solar em Londrina, Flávio Castilho de Mello, se hoje um projeto de sistema para geração de 764 kWh ao mês precisa investir R\$ 21,9 mil, após a mudança, teria de investir cerca de R\$ 30,6 mil para gerar a mesma potência.

A vice-presidente da ABSolar também destaca que a proposta da agência nacional prejudica o crescimento do setor, que já gerou mais R\$ 6,7 milhões em investimento e mais de 70 mil empregos, com previsão de gerar mais 30 mil só em 2019.

A ABSolar defende ainda que a revisão da Resolução Normativa garanta a segurança jurídica do setor, no sentido de garantir o direito adquirido por clientes que já utilizam hoje a energia solar, ou seja, que as mudanças não atinjam os con-

sumidores atuais por pelo menos 25 anos.

TRANSIÇÃO

Já o empresário Flávio Castilho considera que o modelo atual de compensação de energia é injusto devido aos custos que recaem sobre as concessionárias de energia. “Quando um cliente entra na geração distribuída, outros estão pagando por esse valor. Se hoje um consumidor gera 1 kWh para abater 1 kWh, ter de produzir 1,15 kWh para abater 1 kWh não inviabiliza.”

Para ele, é preciso um processo de transição na cobrança das tarifas, com “gatilhos” que determinem o seu aumento, como a potência instalada. Por enquanto, a potência instalada de energia solar é de 1.300 MW, o que representa apenas 2% de toda a matriz energética do País, diz Castilho. (M.F.C.)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ **PARANÁ**
unioeste HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO OESTE DO PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2019 – HUOP/UNIOESTE. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos diversos e fios cirúrgicos para consumo frequente no Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP. **Recebimento das propostas:** Das 9:00h do dia 26/11/19 até às 09:00h do dia 06/12/2019. **Abertura das propostas e recebimento dos lances:** 06/12/2019, 09:00h. O edital e demais informações encontram-se à disposição dos interessados junto à Com. de Licitação do HUOP, ou Fone: (45) 3321-5397, ou ainda nas home-pages www.unioeste.br/huop, www.comprasparana.pr.gov.br ou www.comprasnet.gov.br em conformidade com o Dec. Est. n.º 2452, de 07/01/04. Cascavel, 22/11/2019.

UEPG Universidade Estadual de Ponta Grossa **PARANÁ** GOVERNO DO ESTADO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2019 PARA DOAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS E/OU DESNECESSÁRIOS
PROTOCOLO Nº 026599. A Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, através da Comissão de Inventário e Inservibilidade, designada pela Portaria DG nº 13/2019, TORNA PÚBLICO o procedimento de chamamento público de bens móveis inservíveis por meio do Edital nº 002/2019, disponível no endereço eletrônico https://sistemas.uepg.br/producao/proneitorias/proad/dimapa/new/licitacao/licit_publicada.php. Os órgãos e entidades interessados deverão encaminhar suas solicitações no período de 25 de novembro a 25 de dezembro de 2019.
Ponta Grossa, 22 de novembro de 2019

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR **PARANÁ** GOVERNO DO ESTADO

CHAMADA PÚBLICA DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2019 - FUNDEPAR/SEED
PROTOCOLO: 15.879.550-7.
INTERESSADO: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional.
OBJETO: CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2019 DE FORNECEDORES DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE, conforme condições constantes no edital. Acolhimento de propostas/abertura do SISTEMA ELETRÔNICO MERENDA para elaboração dos Pré-Projetos de Venda: **Das 08h00min do dia 27/11/2019 até 17h00min do dia 16/12/2019.** VALOR ESTIMADO: R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais). O EDITAL ENCONTRA-SE À DISPOSIÇÃO NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: <http://www.comunidade.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=96>. Curitiba, 22 de novembro de 2019.

José Maria Ferreira
Diretor Presidente – Fundepar
Decreto nº 0095/2019